



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL IMPÉRIO: do polimento cultural à construção de educadoras

*Leandro de Almeida Costa (UEMASUL) - leandroherodoto@gmail.com¹
Hellen Alice Bandeira Alves dos Santos (UEMASUL) - hella6665@gmail.com²
Orientadora. Elizânia S. do Nascimento (UEMASUL) - elizzania@hotmail.com³*

RESUMO

Na presente comunicação, objetiva-se estabelecer parâmetros entre os desafios, dicotomias e inovações no que tange a educação feminina – enfatizando as mulheres brancas e livres no decorrer dos anos do império brasileiro, a partir da conjuntura social, política e econômicas instituídas entre os anos de 1830 á 1890. Busca-se especificamente compreender as nuances da época em relação à instrução pedagógica e as relações de gênero. A análise teve como base bibliográfica a apreciação de estudiosos como Aparecido Manoel (1996) e Guacira Lopes Louro (1997), que avaliaram a escolarização para as mulheres como não sendo uma preocupação até o final do século XIX. A instrução feminina nesse contexto tinha como base o polimento sociocultural, envolvendo questões como a moral, a família, a disciplina e a perspectiva matrimonial, não sendo por muitas vezes direcionada a uma educação de cunho profissionalizante, consistindo este fator uma característica marcante do papel feminino em uma sociedade patriarcal. Utilizando-se da metodologia da análise iconográfica, da pesquisa documental, de notícias vinculadas através do jornal Diário de Pernambuco, e das leis e decretos instituídos durante o império brasileiro pela assembleia legislativa, o trabalho encontra-se embasado na perspectiva historiográfica da história comparada. Tendo por objetivo fomentar a discussão acerca do tema e ampliar o conhecimento em torno da formação das bases pedagógicas na perspectiva de sua feminização, sendo essencial compreender as mudanças que ocorreram na educação à volta da mulher imperial, até sua entrada nas escolas como agentes educadoras, considerando uma pequena abordagem entre a ideia de controle social supracitada, e a distinção de gênero em meio à profissão de educador. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa, que revelam os paralelos que arquitetaram o magistério como espaço naturalizado de atuação de mulheres, que hodiernamente pode ser identificado em meio ao quadro organizacional pedagógico vigente, evidenciando as consequências da tardia instrução didática ao redor da população feminina.

Palavra Chave: Brasil Império. Gênero. Educação.

1 INTRODUÇÃO

A partir da declaração da independência, o Brasil oitocentista viu-se em uma nova organização socioeconômica e política, que levantou a premência de distanciar o passado colonial, assinalada pelo caráter demasiadamente obsoleto e “incivilizado”, está alocação se fazia presente entre os legisladores, mesmo estes sendo remanescentes do período colonial.

¹ Graduando de História-Licenciatura na Universidade Estadual da Região Tocantina do Sul do Maranhão

² Graduanda de História-Licenciatura na Universidade Estadual da Região Tocantina do Sul do Maranhão

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas e História da Educação – NEPHE /



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Segundo Guacira Lopes Louro (2004) veículos como jornais e saraus disseminavam a nova ideia da modernização com o desmembramento da antiga metrópole, tendo a educação da nação como uma das pautas principais, já que até finais do século XX grande parte da população, principalmente a agrária permanecia analfabeta.

Mediante a historiografia nacional desenvolvida na última década, estudos salientam a situação da mulher no império, particularizando os motivos que levaram a sua inserção nas escolas, assim como, as dicotomias e dificuldades encontradas por elas. Neste contexto Elma Valéria Lopes e Altina Abadia da Silva (2010) destacam a complexidade no campo da historiografia da educação atual de identificar precisamente as vozes femininas desta fase, ciclo do governo brasileiro que demonstrou acontecer uma feminilização no magistério, que perdurariam até a república.

Na última década estudos vêm se desenvolvendo em torno dos documentos históricos, que demonstram a atuação da luta feminina, pela garantia do direito a educação e aos direitos civis, estas pesquisas por consequência vêm apontando novas abordagens teórico-metodológicas, necessárias na perspectiva de Washington Cunha; Rosemaria J. Silva (2010, p. 98), que observam os desafios encontrados em relação ao “aspecto interdisciplinar que o objeto exige” mediante a “diversidade da situação da mulher no período imperial brasileiro, tanto nos aspectos regionais quanto nos aspectos sociais” podendo se acrescentar o caráter étnico, visto que ainda se vivia em uma sociedade escravocrata.

Portanto, objetiva-se aqui compreender as nuances da época em relação à instrução pedagógica e as relações de gênero, desenvolvidas em torno da profissão de educadora que repercutiam um pensamento moral e cultural do império, versando ainda, em que circunstâncias a escolarização feminina do século XIX começa a se difundir, em uma sociedade que tinha por bases o conservadorismo familiar e o polimento sociocultural da mulher, pleitear-se também logo no primeiro tópico a interferência política e econômica fundamentalmente relevante ao desenvolvimento deste trabalho.

2 CIRCUNSTÂNCIAS DE UMA ESCOLARIZAÇÃO FEMININA

No momento de estruturação do então império brasileiro os primeiros administradores determinaram a imprescindibilidade da readequação do sistema educacional, a esta indispensabilidade estava a inserção da instrução as mulheres, preponderantemente aquelas pertencentes a classes elitistas, contudo ao decorrer da proposta buscou-se ampliar e atender



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

outras bases de forma a fornecer acesso à educação gratuita durante o primário (CUNHA; SILVA, 2010, p.98).

Porém a herança segregacionista do espaço educacional da colônia trouxe ao império a problemática do professorado, que se tornou uma dificuldade entre os legisladores que queriam rapidamente organizar o reino em todos os seus espaços. Diante a eminente lei da ordenação do sistema pedagógico, notou-se, que o corpo docente feminino que deveria formar-se a partir de avaliações públicas, não estava por ser preenchido, pois não tinha formação satisfatória nos exames realizados (CUNHA; SILVA, 2010, 99).

Fato que pode ser entendido pela falta de estrutura física e organizacional que atendesse a camada feminina, o edital disposto enunciava a determinação unicamente de que as professoras obtivessem entendimento em relação à docência primária, instrução das quatro operações básicas da aritmética e compreensão sobre leitura e escrita, todavia estas questões impossibilitavam o crescimento das mulheres nas primeiras letras do império, tendo em vista que até então era excluídas do processo escolar (CUNHA; SILVA, 2010, 99).

Com intuito de solucionar está questão, insere-se o método de ensino mútuo também conhecido como Lancaster, nascido na Europa pelo inglês Joseph Lancaster, buscava difundir o ensino através do método de monitoramento, onde a professora selecionava alunos de acordo com seu grau de conhecimento, que deveriam ficar responsáveis por grupos de outros discentes e repassar explicações da matéria dadas pela professora, está fora uma forma de suprir a necessidade do não preenchimento de vagas das docentes femininas. Deixava-se de lado uma base teórica em virtude da aplicação prática de conteúdo, o método consistia basicamente na memorização e intrusão oral, utilizando pouco material e com alto grau de qualidade, então no ano de 1823 de 1º de março estabelece-se a primeira escola lancasteriana, no entanto a falta de alunos que preenche-se, as vagas ofertadas nos colégios acabou por tornar o método obsoleto, já que o funcionamento do mesmo dependia exclusivamente de grande quantidade de discentes (BASTOS, 1997).

Como consequência em 15 de outubro de 1827 por decreto geral determinam-se as "escolas de primeiras letras", que diante do artigo 1º da lei⁴ se criasse as chamadas "pedagogias", responsáveis pela educação do império de seus discentes e docentes (TANURI, 2000, p. 62-63). A criação destas escolas segundo Castanha (2007) não se deu de forma

⁴ Art. 1 "Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias" BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

automática, a burocratização a tornou lenta, havia a necessidade da aprovação por parte da assembleia geral e do imperador nas tomadas de decisões das províncias, estas determinações burocráticas podem ser vistas no artigo 2^o. Isso só veio a mudar em 1834 quando se aprova a autonomia das províncias, fato a ser discutido adiante.

Era necessário que colocasse em lei também os requisitos destinados ao ensino de mulheres, pois não podiam obter o mesmo currículo masculino, então no ano de 1827 do dia 29 de agosto Marques de Caravellas, idealizou o currículo que estabeleceu o ensino das quatro operações básicas aos dois gêneros, mas somente aos homens seria destinada a geometria e aritmética aplicada, questão mais adiante a ser considerada (ANNAES, 1876, p. 264).

É fundamental considerar aqui os discursos liberais provenientes da Europa, impulsionada em meados do século XIX pelo lema da modernidade e do progresso as novas organizações de produções econômicas e políticas, tiveram avanços nos setores sociais pela atuação de mulheres em cargos antes nunca exercidos, países como França, Bélgica e EUA já concentravam algum esforço na educação destas cidadãs, que viram a expandir o mercado capitalista que se formava, na notícia abaixo da seção que tinha por tema variedades ver-se o exemplo deste novo panorama internacional intitulava-se “emancipação das mulheres”.

“Conta o correspondente de um jornal inglês, de Philadelphia, o seguinte: O 85^o regimento [...] elegeu a Sr^a. Jennie C. Claffin seu coronel. [...] O capitão mais velho não gostou, havendo muita desordem e confusão mas a Sra aceitou o cargo e tenciona aparecer em parada à testa do seu regimento, trajando o uniforme da corporação” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 jul. 1872, p. 8).

A mudança dentro o imaginário social do império, construía então uma perspectiva liberal e educativa em torno à mulher, mas não necessariamente sua posição como dona do lar, esposa e devota estava por ser abandonada, ao contrario a instrução nada mais era do que uma preparação para a atuação destes “cargos”.

“Mais uma útil instrução, na provincia do Brabante, recentemente creada, e generosamente dotada. Tem por objecto promover a instrução e a educação das mulheres, concedendo premios aos mestres e mestras das escolas ruraes que maior numero de alumnas habilitarem, premiando as alumnas das mesmas escolas que mais se distinguissem pela sua applicação e aproveitamento, e votando subsídios ás

⁵ Art. 2^o “Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléa Geral para final resolução” BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71 – 73.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

peças que promoverem, nas diversas circumscrições o ensino do desenho, da costura etc., ou por outra maneira facilitarem a instrução das mulheres. [...]” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 ago. 1872, p.8).

Devido à influência do movimento liberal, verificava-se a mudança nas academias do ensino primário no Brasil, adotou-se então por entusiasmo na cultura e organização francesa o modelo de escolas normais. À ação do Estado por parte da política pedagógica deu-se por forma destas escolas, que mantinham uma “secularização” e ampliação da instrução primária as pessoas do império, estes centros se associavam a uma “institucionalização” da educação pública no ocidente, entretanto ainda evidenciava a falta numérica de profissionais até mesmo pela inabilidade de se cativar candidatos (TANURI, 2000, p. 62). Em dezembro de 1834 as províncias, mediante decreto da reforma constitucional (artigo 10, item 2) ficam responsáveis por criar estabelecimentos das escolas normais, através da fixação de assembleias legislativas que só não ficariam responsáveis pela pedagogia das instituições superiores.

Apesar de revolucionário estes centros de estudos enfrentaram várias dificuldades e insucessos que segundo Tanuri (2000) era associada a motivos como precariedade estrutural, disputa entre conservadores e liberais, métodos pedagógicos limitados, currículos simples má formação dos educadores e gestores destes ambientes, assim como, a pouca procura por parte dos mesmos que não mantinha interesse em exercer a profissão por conta dos salários e condições de trabalho. Ademais questões como a não ocupação das vagas oferecidas e evasão por parte daquelas que consigam ser era também problemáticas a serem solucionadas.

Segundo Villela (2000) o sistema tentava controlar esta última problemática disponibilizando bolsas estudantis, como forma de atrair alunos, contudo as camadas mais pobres continuavam sem interesse as escolas, em um sistema escravista a formação escolar não era necessariamente prioridade, a não ser para as classes abastadas, porém optavam pela educação informal através de preceptores. Villela condiciona esse cenário ao ano de 1867, quando se encontrava apenas quatro escolas normais em funcionamento, sendo elas no Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*



Figura 1: Sala de aula para meninas. Escola Normal São Caetano Campos (São Paulo) em 1895.

Após aprovação da autonomia provincial por parte na administração de instituições escolares, prosseguiram-se debates que se estenderam até finais de 1860 em torno da valorização do educador protagonizados por quem defendia a nova pedagogia e por aqueles que ocupavam a assembleia, deputados contrários aos investimentos que deveriam ser destinados a estas instituições considerando-a desnecessária. Por sua vez antes a estes debates, já descavam-se discursos a favor da atuação feminina nos âmbitos educacionais, sendo encontrados cursos em processo de abertura para mestras nas províncias da Bahia (1836) e São Paulo (1846), contudo não fora possível concluir-se o projeto (TANURI, 2000, p.66).

De acordo com esse ordenamento de questões e movimentos políticos, ressurgem entre 1868 e 1870 concepções modernistas e culturais, que defendiam rápido reconhecimento e difusão feminina na nova era pedagógica e consequentemente trabalhista, ressalva-se que estes ideais atingiram em diferentes níveis as regiões provincianas (TANURI, 2000, p. 66).

Conectada a modernização econômica havia-se uma necessidade na mudança ideológica dos países estrangeiros com relação ao trabalho exercido na nação, desvincular a visão de um país escravista, para o empenho em alfabetizar a população imperial e sua consequente inserção no novo cenário capitalista liberal era essencial, obviamente percebe-se que as políticas internas se alteram a partir de interesses externos (LOURO, 2001, p. 447).

O período oitocentista de forma sintética organizou da seguinte forma o sistema pedagógico: aos estabelecimentos privados, províncias e cortes cabia a instauração do ensino primário e secundário, e incumbido mediante ao ato adicional consolidado em 1834 o governo central tinha por imprescindibilidade o arranjo dos centros superiores. Esta separação de responsabilidades estava fixado também à reforma de Leônico de Carvalho, estabelecida em 1879 que proporcionou aos estabelecimentos privados maior controle e investimentos a suas



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

estruturas, estes locais acabaram por se tornar ponto para as elites locais e seus negócios, e o ensino tomou caráter secundário, porém a visibilidade que o local tomou fez com que ganhassem investimentos e preenchessem as vagas até então não ocupadas. As privatizações que se organizavam desde 1850 tomavam força e os números de centros educacionais femininos expandiram-se (CUNHA; SILVA, 2010, p.100).

3 DAS MATRIZES CURRICULARES E O ENSINO ECLESIAÍSTICO

Havia temor ao fornecer as mulheres acesso a educação, pois estas poderiam romper às práticas tradicionalistas da resignação da esposa a família, tudo se pautava no controle sobre a sua moral e lugar dentro a sociedade, Manoel (1995, p. 21) considera que este receio procedia do pensamento de que ao educar, formavam as bases a atos de revelia. Todavia ver-se que a nova sociedade tinha por necessidade preparar suas jovens a conviver na hodierna sociedade oitocentista, sendo versadas na escrita e leitura, antes restrita pelos muros das igrejas agora adentrava os salões da corte, portanto, iniciava-se em uma pedagogia que em primeira instância buscava adéqua-las aos novos tempos, sempre cautelosamente, de modo à sempre mantê-la subvertida aos moldes patriarcais do império.

Além das escolas tradicionais, havia também alternativas de bases educacionais organizadas pelos setores eclesiásticos compostos por mulheres, tais como os conventos, que apoiados pelo Estado mantinham academias de cunho assistencial, essas exerciam papel de preparar principalmente futuras senhoras do lar (CUNHA; SILVA, 2010, p. 99).

Tomava por matrizes curriculares a limitação, como progressão e apuração das aptidões que concerne à administração da casa, esposo e sua idoneidade perante aos salões sociais. Era imperativo instruir, todavia, fazia-se mais necessário consubstanciar a compreensão do falar o essencial e concentrar-se no ouvir, “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isto seria um perigo para o lar” (CRAVO, 1973, p. 11).

Com base nestas concepções se estabelece a seguinte compreensão para com o ensino primário: aos meninos noções de geometria, aritmética, ciências e esgrima, as meninas o bordado, o cozer, a dança, o canto, ensino de instrumentos como o piano e desenho, assemelhavam-se apenas o ensino do ler, escrever e a doutrina cristã (LOURO, 2004, p. 444).

É importante ressaltar a divisão dos componentes curriculares, não somente pelo ensino voltado aos diferentes gêneros, mais para compreensão da desigualdade salarial



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

existente entre o professorado, embora por lei designasse o pagamento de salários iguais ⁶, a distinção de disciplinas equivalia ao por que da diferença, as matérias exatas desenvolvidas por professores homens davam-nos os maiores investimentos. As disciplinas destinadas a meninas, os legisladores indicaram nomeações de “mestras dos estabelecimentos” que por consequente deviam preencher requisitos, como ter domínio sobre o cozer, o costurar, a leitura, serem de inerente prudência, integridade e respeitabilidade em meio à sociedade e dominarem os conhecimentos das artes (LOURO, 2004, p. 444).

Nesse contexto, os conventos atuavam como uma extensão da escolaridade feminina – lugares que desde o período colonial apresentavam ambiguidades em relação à educação, por influências da visão negativa em torno do feminino propagado por jesuítas. Consequentemente a educação eclesiástica não ofereceu nenhum instrumento de libertação à mulher, mas ensinou-a a submeter-se à religião e ao patriarcado. Em suma o acesso à instrução ainda era visto como uma ferramenta útil em preparar a mulher para o casamento, que era em tese, a maior aspiração feminina.

Contudo, os conventos foram para as mulheres locais contrastantes: anteriormente eram impedidas de entrar, em outro contexto, é um acesso à educação formal, visto que era uma alternativa para que a mulher pudesse estudar. É importante enfatizar que esses espaços ainda serviram de álibi para trancafiar mulheres sem vocação – “prisões místicas” como define Ribeiro, visto que esses espaços eram designados às mulheres indesejadas pelos pais ou maridos por questões de partilhas de bens ou para resolver problemas de honra em casos de moças ou mulheres que “erravam” (RIBEIRO, 2000, p. 88).

Mesmo com empecilhos morais, no final do século XIX, as mulheres freiras participaram de atividades sociais, no campo da educação, da saúde e assistência social consolidando-se no grupo de mulheres pioneiras no exercício de atividades profissionais.

No contexto religioso e educacional as escolas das Irmãs de São José de Chamberry ofereciam três formas distintas de matrículas: o internato pago, o externato gratuito e o orfanato. Constata-se que em documentação original, mostra-se que todas as forças estavam concentradas nas alunas do internato, que eram oriundas de famílias ricas. Em tese o modelo de externato criado com o intuito de atender a famílias que não tinham condição de subsidiar o ensino de suas filhas e, sobretudo, fazer frente às escolas gratuitas mantidas pelos

⁶ Art. 13. “As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres” BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

protestantes, possuía menor quantidade de alunas e contava com um número inferior de professores, matérias e seriação (MANOEL, 1995).

Destacam-se aqui os orfanatos destinados às meninas, nestes era recebida doutrinação religiosa e uma educação voltada a exercerem funções de empregadas domésticas ou em casos extraordinários, a docência em escolas públicas. Além do baixíssimo nível de instrução, essas meninas do orfanato eram responsáveis por inúmeros serviços, como os de limpeza e de cozinha, para essas garotas o internato tinha como função principal a vigilância e o controle sobre o corpo: os gestos, os comportamentos, as linguagens, a virgindade, elementos para, além da formação de habilidades, construção de uma etiqueta.

De acordo com a historiografia, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma rígida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto socioeducativo. Considera-se que, embora a expressão cristã tenha um caráter plural, a referência para a sociedade brasileira da época era o catolicismo. Embora a República formalizasse a separação da Igreja Católica do Estado, prevalecia na sociedade a moral religiosa. Por meio do símbolo de Maria, recorria-se tanto para a sagrada missão da maternidade, quanto para a manutenção da pureza feminina, conseqüentemente esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante da polidez moral (LOURO, 2004, p. 441).

Porém para as filhas de classes sociais elevadas, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças. Acrescentava-se, assim, elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais apresentável para o marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (LOURO, 2004, p. 452).

A manutenção da casa era nitidamente o maior objetivo feminino, e as moças deveriam estar plenamente preparadas para essa função. Os espaços domésticos eram reservados para as mulheres, pois sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, tais como as atividades da igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. De acordo com Louro (2004) o imaginário de que as "mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas" era um discurso hegemônico que se aplicava aos diversos grupos sociais. Todavia, algumas escolas para meninas fugiam à regra de se tornarem centro de sociabilidade, e



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

propunham um ensino completo e regular, porém encontravam sérios percalços para se manterem, a solução para que essas instituições se mantivessem foi a adaptação de seus currículos às necessidades da clientela, estabelecidas pela sociedade conservadora da época.

Em tese as mulheres não tinham acesso ao ensino superior, mesmo as de famílias abastardas, exceto os casos extraordinários de algumas que conseguiram a concessão para prosseguir os estudos, mas tudo baseado em uma série de documentos enviados às academias e apresentação de atestados de boa conduta. Aos legisladores então coube propor um ensino secundário feminino, no qual o caráter acadêmico não era tão rígido, proporcionando certa flexibilidade nos programas e currículos das disciplinas dispostas, permitindo a aplicação de novas técnicas pedagógicas que seguissem os preceitos sociais oitocentistas. Embora, apesar das inovações, isto não rompia com o caráter patriarcal da formação feminina brasileira. Os centros de ensino, com raras exceções, continuavam com o desígnio de preparar a mulher para a “profissão de esposa” (CUNHA, 2010, p.101).

4 CONCLUSÃO

Discute-se ao longo da história da educação feminina no Brasil, que, segundo Louro (2004), a posição feminina nas novas e antigas relações tidas no império se caracteriza como uma gangorra entre o poder e a subversão da mesma. Entretanto identificar a mulher sob uma ótica de dominação é desconsiderar ou negar o processo de luta desenvolvido através de suas próprias vozes – construção significativa na consolidação de uma nova organização sociopolítica e educacional. Mesmo privadas de instrução e resignadas a padrões comportamentais, estas mulheres souberam fazerem-se ouvidas.

Estabelecer uma idealização do que foi a trajetória da educação feminina faz com que haja uma análise sobre as indeterminações no que consiste a homogeneidade destas mulheres, importante que possamos não compreender está “cidadã” de uma forma única dentro processo de redefinição do império brasileiro, o que por sua vez, como diz Lopes e Silva (2004, p. 478-479) faz com que “por meio e em meio a diferentes discursos e práticas” redefinam a mulher na educação como “professoras ideais, e também como professoras desviantes, como mulheres ajustadas e também como mulheres inadaptadas”.

Há de considerar também as alterações no quadro sociopolítico do século XIX como agregadoras, que redefiniram as concepções econômicas e ideológicas em torno da vida em família e do papel de esposa, agora carecendo da incorporação e disseminação da força profissional feminina os legisladores do império tinham por objetivos usa-las como forma de



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

afastar a visão do mercado internacional ao então sistema escravista, para uma nação igualitária e alfabetizada, ou seja, um país progressista e liberal.

Em suma compreender este processo é fator relevante na explicação da feminização ocorrida no magistério durante o século XX, embasada principalmente em concepções como a “cultura” do cuidar, que defende a ocupação de mulheres em setores da educação pelo fato de serem consideradas delicadas, amorosas e preparadas ao cuidado e instrução ao próximo, essa ideia foi fundamental ao desenvolvimento de um espaço educacional ocupado por mulheres.

RESUMEN

En la presente comunicación, si desear establecer parámetros entre los desafíos, dicotomías e innovaciones en lo que si refiere a la educación femenina - enfatizando a las mujeres blancas y libres a lo largo de los años del imperio brasileño, desde de la coyuntura social, política y económica instituida entre los años de 1830 a 1890. Se busca específicamente comprender los matices de la época en relación a la instrucción pedagógica y las relaciones de género. El análisis tuvo como base bibliográfica la apreciación de estudiosos como Aparecido Manoel (1996) y Guacira Lopes Louro (1997), que evaluaron la escolarización para las mujeres como no siendo una preocupación hasta el final del siglo XIX. La instrucción femenina en ese contexto tenía como base el pulido sociocultural, involucrando cuestiones como la moral, la familia, la disciplina y la perspectiva matrimonial, no siendo a menudo dirigida a una educación de carácter profesionalizante, consistente en este factor una característica marcante del papel femenino en una sociedad patriarcal. Utilizando la metodología del análisis iconográfico, de la investigación documental, de noticias vinculadas a través del periódico Diario de Pernambuco, y de las leyes y decretos instituidos durante el imperio brasileño por la asamblea legislativa, el trabajo se encuentra basado en la perspectiva historiográfica de la historia comparada. Con el objetivo de fomentar la discusión sobre el tema y ampliar el conocimiento en torno a la formación de las bases pedagógicas en la perspectiva de su feminización, siendo esencial comprender los cambios que ocurrieron en la educación alrededor de la mujer imperial, hasta su entrada en las escuelas como agentes educadores, considerando un pequeño enfoque entre la idea de control social arriba mencionado, y la distinción de género en medio de la profesión de educador. Por último, se presentan los resultados obtenidos en la investigación, que revelan los paralelos que arquitecto el magisterio como espacio naturalizado de actuación de mujeres, que hoy puede identificarse en medio del cuadro organizacional pedagógico vigente, evidenciando las consecuencias de la tardía instrucción didáctica alrededor de la población femenina.

Palabras clave: Brasil imperio. Género. Educación.

REFERÊNCIAS

ANNAES do Senado Federal. **Sessão de 29 de agosto de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1876. v. 2.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

BASTOS, Maria Helena Camara. A Instrução Pública e o Ensino Mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). Rev. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 1, v. 1, abr. 1997, p. 115 - 133.

CASTANHA, Andre Paulo. 1827-2007: 180 anos da primeira lei brasileira sobre a escola primária. In: Simpósio de educação: formação de professores no contexto da pedagogia histórico-crítica, 2007, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE/UFISCAR, 2007.

CASTRO, Tito Livio de. A mulher e a sociogenia. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1894. (Obra póstuma). **IPHAN DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, julho a setembro de 1872, 1893 e 1896. Hemeroteca da FUNDAJ.

_____. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

CRAVO, V. L. Z. A Influência da mulher na Independência. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XVIII, 1993, p. 9-17.

CUNHA, Washington Dener dos Santos. SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Rev. Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010.

LOPES, Elma Valéria; SILVA, Altina Abadia da. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **III Seminário Nacional Trabalho e Gênero Associativismo, Profissões e Políticas públicas**. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma fase do conservadorismo**. São Paulo: Unesp, 1995.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres Educadas na Colônia**. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.) 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79-94.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p.61- 88, maio/jun./jul./ago. 2000. Número especial: 500 anos de educação escolar.



VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal do Brasil.** In: NUNES, Clarice (Org.). O passado sempre presente. São Paulo: Cortez, 1992. cap.1, p.17- 42.

_____. **O mestre- escola e a professora.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 – 134.